

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, FILOLOGIA E ESTUDOS LITERÁRIOS**

ISADORA LEMES D'AVILA

MEMÓRIAS FEMININAS NAS GUERRAS COLONIAIS AFRICANAS: OS RELATOS
DE ISABELA FIGUEIREDO E SCHOLASTIQUE MUKASONGA

PORTO ALEGRE

2022

ISADORA LEMES D'AVILA

MEMÓRIAS FEMININAS NAS GUERRAS COLONIAIS AFRICANAS: OS RELATOS
DE ISABELA FIGUEIREDO E SCHOLASTIQUE MUKASONGA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: Professora Dra. Cinara Antunes Ferreira

PORTO ALEGRE

2022

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, o meu mais sincero agradecimento ao meu avô José Antônio D'Avila e à minha bisavó Lúcia, que passaram todas suas vidas esperando por esse momento, mas infelizmente não podem estar entre nós. À minha avó, Maria de Lourdes por todo o carinho que sempre dedicou a mim, até mesmo quando não podia dá-lo.

Agradeço à minha mãe Samiana, por nunca ter deixado que o medo, a insegurança e o cansaço ganhassem essa batalha diante da força de vontade. Sobre crises, brigas e amor, tudo isso foi e será por nós, para nós, tudo e sempre.

Agradeço ao meu padrinho Junior por aceitar sem questionar toda e qualquer jornada que eu criei nos últimos 24 anos (e ainda me levar até elas), sem a sua crença inabalável no meu potencial isso nunca seria possível. Todos os meus agradecimentos à minha família que vivenciou a minha formação.

Às minhas amigas e aos meus amigos, pelo apoio e dedicação, por, acima de tudo, impedirem que eu desistisse e por sempre acreditarem que tudo isso daria certo.

Em especial, registro minha gratidão a Fernanda Oliveira, a Ana Paula Pedroso, a Julia Boff, ao Leonardo Alves, a Isadora Percival, a Lauren Abreu e a Amanda Gnoatto.

Além disso, também aos amigos do Vale Verde: ao Pedro Enrique Castro e a Juliana Lunkes por todo o incentivo e pela Nana, ao Vilton Silva, ao Marcelo Velasques, ao Allan Ribeiro e ao João Marcos Martins. Obrigada por acreditarem em mim e por estarem ao meu lado em todas as situações.

De forma substancial, agradeço aos colegas da Rede Fleming por todo o suporte durante os períodos finais da graduação, pela companhia diária e principalmente pela oportunidade de ser cada dia mais uma excelente profissional. Muito obrigada, em especial, a Ana Madruga, a Enelise Scapin, a Magali Pagnoncelli, a Natacha Parmegiani, a Kelly Soares, a Daniela Florão, ao Pedro Monteiro, a Cláudia Brenner, a Roberta Costella, a Fernanda Haiduk, ao Rafael Bassi, a Jéssica Garcia, ao Márcio Júnior, a Bruna Corazza, a Anelyse Delavy e a todos os colegas docentes, aos funcionários e colaboradores que tanto me ensinaram.

Agradeço às minhas professoras e aos meus professores da UFRGS e da vida que auxiliaram nessa caminhada, ora com apoio ora com inspiração. Inicialmente ao professor e amigo Dante Gonzatto, o qual com toda sua sutileza e delicadeza singular me guiaram em direção ao Instituto de Letras e à Licenciatura. Às professoras e aos professores da graduação

que me auxiliaram diversas vezes na manutenção do curso e incentivaram que eu buscasse sempre o melhor possível da academia para a minha construção profissional.

Em especial, gostaria de agradecer a algumas professoras e professores do Instituto de Letras da UFRGS, sem vocês nada disso seria possível.

À prof.^a Dra. Cristiane da Silva Alves, por, já nos primeiros semestres da graduação, me receber da melhor forma possível na sua disciplina, estimular minha paixão pela Literatura Brasileira, mas, agradeço-a pelo seu maior feito: ensinar para mim o amor por um autor que hoje é quase parte da minha personalidade — a Cristiane, obrigada por Guimarães Rosa.

À Dra. Laura Rosane Quednau pelos elementos básicos de Latim e por despertar meu interesse pela ainda viva literatura e língua latina, obrigada por todo o auxílio durante os anos iniciais da graduação e pelos acompanhamentos durante o curso — inclusive até o hospital.

À Dra. Lucia Sá Rebello deixo mais um agradecimento, que já sucede tantos outros, sem a senhora todo este caminho não seria possível. Muito obrigada por todo o apoio, por acreditar em mim, e, acima de tudo, por resgatar toda minha relação com o latim e construir um dos espaços mais importantes em nossas turmas de língua latina. Apesar de já ter lhe dito anteriormente o quanto foste especial para minha formação, deixo aqui renovada a minha gratidão por todo o seu trabalho e atenção.

Agradeço a minha namorada Isabela Petry por suportar e apoiar toda a trajetória que resultou neste escrito e ao meu melhor amigo Álex Couto que me impediu de enlouquecer, além de sempre me manter hidratada e alimentada. A vocês todo o amor do mundo.

Um agradecimento final aos meus alunos e alunas que tanto me apoiaram e ensinaram durante essa jornada.

Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.

(Adélia Prado)

RESUMO

A presente monografia visa analisar o panorama feminino sobre os conflitos coloniais em território africano, através das memórias infanto-juvenis de duas autoras africanas: a ruandesa Scholastique Mukasonga, no livro *Baratas*, e a moçambicana Isabela Figueiredo, com o *Caderno de Memórias Coloniais*. A partir disso, pretende-se verificar, dentro das duas escritas fictício-biográficas, como as dissemelhanças culturais e étnicas geram perspectivas dissonantes a respeito da vivência de períodos tão similares, além da forma que estas distanciam as escritoras. Por consequência, tais externalidades também as levam a percepções conflitantes a respeito da realidade vivida durante o processo de descolonização. Entretanto, ambas apresentam fatores determinantes sobre os papéis e funções das pessoas, suas óticas sobre a Ruanda em Moçambique, sobre a guerra e o seu povo.

Palavras-chave: Literatura Ruandesa. Pós-colonialismo. Scholastique Mukasonga. Isabela Figueiredo. Literatura Moçambicana.

ABSTRACT

This work aims to analyze the female panorama of colonial conflicts in African territory through the children's memories of two African authors: the Rwandan Scholastique Mukasonga, in the book *Baratas*, and the Mozambican Isabela Figueiredo, with the work *Caderno de Memórias Coloniais*. From this points, the intention is to verify, within the two fictional-biographical writings, how cultural and ethnic dissimilarities generate dissonant perspectives regarding the experience of such similar periods, in addition to the way they distance the writers. Consequently, such externalities also lead them to conflicting perceptions about the reality experienced during the decolonization process. However, both present determining factors on the roles and functions of people, their views on Rwanda and Mozambique, on the war and on its people.

Keywords: Mozambique Literature. Post-colonialism. Scholastique Mukasonga. Isabela Figueiredo. Rwanda Literature.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | SOBRE AS AUTORAS | 11 |
| 2.1 | ISABELA FIGUEIREDO | 12 |
| 2.2 | SCHOLASTIQUE MUKASONGA | 13 |
| 3 | O IMPERIALISMO COLONIAL: SOBRE O ANTES DO PRINCÍPIO | 15 |
| 4 | RAÍZES E DESTINOS: DOS LIMITES E DAS PERSPECTIVAS | 23 |
| 5 | AS MEMÓRIAS DA VIDA E DA TERRA | 28 |
| 6 | O CONFLITO COLONIAL: AS MEMÓRIAS DA GUERRA | 32 |
| 7 | CONCLUSÃO | 36 |
| | REFERÊNCIAS | 38 |
| | ANEXOS | 40 |

1 INTRODUÇÃO

De maneira inicial, é perceptível que, nos últimos 20 anos, as discussões e os debates pós-colonialistas ganharam força no ambiente literário, e grandes cânones da escrita já abordaram os conflitos na África e na América, problematizando sobre racismo, gênero, territorialidade e organização social. Todavia, ainda existe uma significativa quantidade de autores e histórias que não são amplamente abordados nessas análises, devido às limitações dos recortes temáticos e da amplitude limitada dos estudos existentes. Visto isso, ainda são raros os romances, contos e poemas contemporâneos — originais desses espaços geográficos — que são traduzidos e publicados no Brasil, mantendo as produções acadêmicas, frequentemente, com um eixo de abordagem centralizada em nações que foram colônias lusófonas: Moçambique, Angola, Brasil e Cabo Verde.

A partir dessa perspectiva, os nichos de análise se restringem a obras dos mesmos autores, tal como José Caveirinha e Mia Couto, ambos homens, moçambicanos, apagando outros grandes escritores do território como Paulina Chiziane. À vista disso, pode-se afirmar que há um desconhecimento do público leitor brasileiro sobre a diversidade de produções femininas desenvolvidas em outras regiões do território africano que podem ser vistas na África do Sul, com Michelle Nkamankeng; em Gana, nos textos de Yaa Gyasi; na Nigéria, com Buchi Emecheta; ou no Marrocos, na obra de Fatema Mernissi. Apesar disso, é notável a realidade expansiva do acesso a tais conteúdos, mesmo que em uma quantidade diminuta, a literatura feminina tem ganho notoriedade, com pequenos passos, através de autoras como Chimamanda Ngozi Adichie e Léonora Milano. Além disso, analisou-se também o fator acadêmico desta ausência, visto que nas universidades existem disciplinas limitadas sobre o assunto, sempre trabalhando os mesmos nichos e autores, impedindo uma amplitude de conhecimento sobre tal conteúdo.

Nesse contexto, entendeu-se a necessidade de trazer para o centro do debate algumas outras perspectivas a respeito dos eventos coloniais e também das vivências em território africano durante o século XX, destacando o discurso feminal e suas lembranças. Primeiramente, é incontendível a relevância dos textos femininos para uma construção mais ampla dos conflitos históricos, seja em África ou em qualquer lugar do mundo. Além disso, utilizar do memorialismo não masculino para construir uma percepção sobre uma situação bélica traz outros detalhes, principalmente sociais, sobre a forma como se vivia e os meios necessários para sobreviver em tais espaços. De tal maneira, é visível a contribuição das

autoras ao trazer, para mais do que memórias, um prisma da guerra, analisando sua realidade sob outros vieses.

A partir deste entendimento, corrobora-se que a investigação do memorialismo colonial cerceia um aspecto muito presente em diferentes eixos literários. É importante perceber tais reflexos do colonialismo em uma infinidade de raízes literárias pelo mundo, como nas obras de resgate cultural da contemporaneidade na Oceania: em *Follow the Rabbit-proof Fence* (1996), escrita por Nugi Garimara, a qual apresenta a história de três jovens meninas aborígenes tentando fugir de sequestradores colonialistas; ou como os relatos de escrivência de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo no Brasil. A segunda foi a responsável pelo desenvolvimento deste conceito que introduz as ideias fundamentadas por autoras femininas e negras, as quais fazem uma narração de sua realidade cotidiana, regredindo em associações com o passado escravista e seus danos no presente.

Diferentes análises podem ser apresentadas quando colocamos em xeque narrativas pós-coloniais africanas, entre elas estão os aspectos de narratologia, o ponto de vista sobre o sistema imperialista, as perspectivas do período posterior à independência e a relação com a colônia. Buscando seccionar algumas dessas ideias e expandindo as perspectivas apresentadas, discorrer-se-á a respeito da dicção de duas autoras africanas: a ruandesa Scholastique Mukasonga, com a sua obra *Inyenzi ou Baratas*, e a moçambicana Isabela Figueiredo, com o *Caderno de Memórias Coloniais*. A partir disso verificar-se-á, dentro das duas escritas, pela perspectiva do memorialismo e da construção ficcional identitária, como a segmentação gera diferentes nichos culturais e étnicos que distanciam ou aproximam as escritoras, e, conseqüentemente, também levam-nas a percepções divergentes a respeito da realidade vivida durante o conflito colonial. Além disso, apresentar-se-á fatores sobre os papéis e funções das pessoas, as suas óticas sobre a Moçambique e Ruanda, os diversos conflitos existentes no continente e, acima de tudo, suas atribuições nesta realidade.

Sendo assim, este escrito tem como configuração uma divisão estratégica que visa expor o ponto de vista das autoras de maneira clara, associando suas memórias aos aspectos historiográficos. Na seção inicial, apresentar-se-á um recorte sobre a vida e trajetória das duas escritoras analisadas, para que haja um ponto de partida claro, que auxilie na compreensão das escolhas literárias de cada uma. Logo após, serão elucidados os preceitos ligados ao processo de colonização dos países natais das citadas, Ruanda e Moçambique, deixando inteligível todos os eventos que levam até o pontapé inicial de *Caderno de Memórias Coloniais* e *Baratas*. Após todo o embasamento no que concerne ao período antecedente às narrativas, partiremos para as memórias de Scholastique e Isabela.

O memorialismo das autoras foi dividido em dois eixos principais: a terra e a guerra. Estes foram selecionados a partir de uma subdivisão associada à obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, que tem seus subcapítulos fragmentados nos pilares: “A terra” (tratando do meio), “O homem” (tratando da raça e da realidade social) e “A luta” (relatando o momento bélico do período). A título de esclarecimento, o aspecto sobre raça e “os homens” foi isolado, dentro do possível, da discussão desta monografia, pois apresentaria recortes muito particulares que necessitam de uma atenção muito mais vigorosa do que a presente neste manuscrito, principalmente quando compreendemos a dualidade de uma das autoras ser branca e a outra negra em um conflito com pautas raciais fortíssimas. Com isso em mente, direcionou-se o primeiro aspecto à conexão de Mukasonga e Figueiredo com a África e com suas nações de origem, para depois buscar suas colocações sobre o conflito armado.

Dessarte, o objetivo foi comparar as trajetórias das autoras e como as suas diferenças, ou parencas, afetaram o resultado final visto nos livros.

2 SOBRE AS AUTORAS

É importante salientar, em princípio, que grande parte das obras escritas por mulheres, no Brasil e no mundo, tendem a não receber tanta evidência quanto aquelas publicadas por homens, e mesmo as que se destacam não permanecem canonicamente na história literária. Um exemplo clássico de tal relação pode ser visto entre Júlia Lopes de Almeida e Machado de Assis, ambos fundadores da Academia Brasileira de Letras, mas somente um deu nome a uma cadeira. Verifica-se, com isso, que as historiografias críticas literárias perpetuam essa tradição, ao fazerem recortes que trazem destaque aos escritos de autoria masculina, deixando no ostracismo inúmeras autoras e, algumas vezes, até mesmo apagando-as — nomes como Maria Firmina do Reis e Narcisa Amália são reflexos destas seleções desiguais. Assim, nessa redução, muitas escritoras são secundarizadas, e aquelas que são destacadas ocupam uma posição acessória diante de outros homens de sua época, vê-se nisso Clarice Lispector diante de João Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz ante Graciliano Ramos ou Adélia Prado na retaguarda de Carlos Drummond de Andrade. Tal realidade pode ser vista no levantamento realizado pela doutora Regina Dalcastagnè (anexo 3) que demonstra tamanha disparidade nas produções literárias nacionais.

Sob essa ótica, muitas escritoras surgiram com o papel de transpor tal marginalização imposta outrora sob nomes importantíssimos da literatura, realizando isso através dos mais variados assuntos e de diversos estilos de texto. Na sua quase totalidade, a inovação e a ousadia não foram elementos capazes de eternizá-las com o mesmo valor estético e mercadológico que o oferecido aos homens, porém foi o suficiente para ampliar seu espaço de atuação e o nicho de reflexão. Infelizmente, muitos estigmas foram colocados sobre a literatura produzida por mulheres: enquanto às poetisas atribui-se a solidão — Sophia de Mello Breyner Andresen, Florbela Espanca e Cecília Meirelles são alguns dos nomes aos quais se alcunhou a face do sentimentalismo sombrio da poesia fêmea —, às romancistas concedeu-se a histeria ou a insanidade — com honrarias a nomes como Júlia Lopes de Almeida, Lygia Fagundes Telles e Hilda Hilst.

Conforme destaca-se, a mulher é frequentemente preterida do ato de produzir, mesmo que seja parte direta do processo ou evento que está sendo descrito. Frequentemente, muitos sistemas acabam excluindo a autoria feminina, como se essa não fosse integrante ou voz de tal universo, o que se encaixa perfeitamente no contexto salientado: os conflitos bélicos. Nessa égide, alguns cânones são consagrados por produzirem obras retratando as crises dentro dos conflitos, destaca-se António Lobo Antunes ou Mia Couto analogamente, apagando

perspectivas essenciais a respeito destes eventos, como os das autoras citadas nesta monografia, que também são acompanhadas por outras tão distintas, tal qual Svetlana Alexijevich, todas destacando sua presença nestes espaços.

Ah, mais um livro sobre a guerra... Para quê? Já aconteceram milhares de guerras — pequenas e grandes, famosas e desconhecidas. E o que se escreveu sobre elas é ainda mais numeroso. Mas... Foi escrito por homens e sobre homens, isso ficou claro na hora. Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma “voz masculina”. Somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra. Das palavras “masculinas”. Já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Para minha mãe. Até as que estiveram no front estão caladas. Se de repente começam a lembrar, contam não a guerra “feminina”, mas a “masculina”. Seguem o cânone.(...) Quando as mulheres falam, não aparece nunca, ou quase nunca, aquilo que estamos acostumados a ler e escutar. (...)Os relatos femininos são outros e falam de outras coisas. A guerra “feminina” tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana. E ali não sofrem apenas elas (as pessoas!), mas também a terra, os pássaros e as árvores. Todos os que vivem conosco na terra. Sofrem sem palavras. (ALEXIJEVICH, 2016, p. 11-12)

2.1 ISABELA FIGUEIREDO

É imperioso destacar, inicialmente, que, apesar da escrita integralmente lusófona e de sua identidade portuguesa, Isabela Figueiredo é uma autora africana, nascida em 1963, na região de Lourenço Marques, onde hoje situa-se a capital moçambicana de Maputo, porém, devido aos confrontos, residiu durante boa parte da vida como uma retornada em Lisboa. A escritora saiu da África em 1975 para viver em terras lusitanas com a família de seu pai, tornando-se Licenciada em Línguas e Literatura Lusófonas pela Universidade Nova de Lisboa, atuando como jornalista e professora em Portugal.

Apesar de começar a escrever muito cedo, Isabela publicou somente três grandes obras, significativamente espaçadas cronologicamente: *Conto é como quem diz* (1988), *Caderno de Memórias Coloniais* (2009) e *A gorda* (2016). Seus textos, sejam seus romances, seja seu blog, os quais mesclam uma relação direta de autobiografia, com memorialismo, elementam traços de ficção histórica, assim como sua produção em ensaios e observações, mesmo que tenha uma relação apenas parcial com a realidade.

Na atualidade, Isabela Figueiredo é reconhecida como um dos grandes expoentes da literatura contemporânea portuguesa, posto enfatizado pelo Prêmio da Mostra Portuguesa de Artes e Ideias de 1988, Melhor Livro do Ano pela Angelus Novus em 2010 e pelo Prêmio Literário Urbano Tavares Rodrigues em 2017.

Apesar de já ter uma reconhecida obra no meio literário, foi em 2009 que Isabela consolidou seu nome no hall da literatura portuguesa da contemporaneidade com a publicação do *Caderno de memórias coloniais*, posto que a perspectiva selecionada dentro da narrativa, a organização dos excertos e a pontualidade nas discussões colocaram o volume entre os escritos mais relevantes da produção de Portugal nas últimas décadas, sendo imediatamente bem recebido pela crítica.

A característica que trouxe maior destaque para a realização literária de Isabela Figueiredo é a conexão entre sua percepção do mundo concatenada aos recortes de partes da sua história pessoal, os quais visam, associados aos elementos fictícios, abordar temas como construção de identidade, associações coloniais, relações de gênero, imposições de padrões estéticos e outros nichos das conexões sociais cotidianas.

2.2 SCHOLASTIQUE MUKASONGA

Em uma perspectiva dissonante, a escritora ruandesa Scholastique Mukasonga é originária da região centro-sul de Ruanda, na província de Gikongoro, correspondente, na atualidade, a uma cidade-distrito na seção austral da capital de Kigali. Nascida em 1956, a autora vivenciou todo o processo colonizatório dos belgas sobre a área subsaariana central, sendo mais uma das inúmeras vítimas dos horrores do pós colonialismo europeu.

Assim como muitos refugiados dos conflitos de dominação, inclusive Isabela Figueiredo, Scholastique não permaneceu em sua terra natal durante todo o período de comando colonial. Buscando escapar da violência e trazer uma melhor oportunidade de vida para sua família, Mukasonga fugiu de Ruanda em 1974 com seu irmão mais velho, rumo ao Burundi, país adjacente. Após o exílio, diferente de grande parte da população refugiada da época, a autora seguiu seus estudos, com os preparos iniciais para se tornar uma assistente social no Liceu Notre-Dame de Cîteaux. Após anos vivendo de maneira furtiva nas terras africanas, casou-se e foi viver na França, retornando a Ruanda apenas após o grande massacre de 1994.

As publicações de Scholastique Mukasonga demonstram seções da infância e juventude de uma oprimida, vivendo sob o resguardo do colonizador, contando em quatro obras a realidade do colonialismo; sendo estes, três romances e uma seleta de contos, nos quais dividiu a descrição pueril da literata. Em *Baratas*, Scholastique apresenta um resumo completo da vida em Ruanda, de seu nascimento até o massacre, mostrando para o leitor aspectos culturais concomitantemente cruzados pelas minuciosidades da guerra; em *A mulher*

de pés descalços vemos um romance narrativo trazendo, em detalhes, prismas sobre a vida, os costumes, crenças e a morte de Stephania, sua mãe; já na obra *Nossa senhora do Nilo* é abordado sua passagem pelo Liceu Notre-Dame de Cîteaux e sua vida no ambiente estudantil como uma tutsi, nomenclatura utilizada na época para definir sua etnia; por fim, em sua última publicação, *Ce que murmurent les collines, O que sussurram as colinas* — em uma tradução literal —, a obra dividida em seis contos retratou o cotidiano sem o confronto propriamente como plano de fundo, as tradições culturais e a ancestralidade da população nativa ruandesa. Dessa maneira, os escritos servem de alento, assim como uma conservação da memória coletiva, apresentando — de forma evidente — todo o processo colonial presente, mas em segundo plano, pois o principal é a realidade do povo.

Scholastique é, na atualidade, uma das maiores autoras contemporâneas em língua francófona, extremamente reconhecida pela crítica por seu lirismo diante do que é narrado e da sua dedicação em manter a necessidade do discurso a respeito das práticas colonialistas, além dos seus danos às terras do hemisfério sul. Outrossim, um destaque importante sobre sua obra é a presença de uma narratologia com consciência a respeito da realidade consternada dos países em guerra, tal qual Ruanda e Congo, entre outros, os quais foram afetados diretamente pela influência externa, gerando social e politicamente subdivisões — a nação ruandesa ganhou destaque internacional visto tal fator, pois a decisão colonizadora de segregar os povos nativos como etnias diferentes, quase espécies, afetou drasticamente o futuro da nação. Dessa maneira, a retórica da escritora traz discussões sobre, por exemplo, a manutenção de nomenclaturas como hutu, tutsi ou tuá para os povos bantus da sua região natal, mesmo após o fim do período colonial. Depois, Mukasonga tem uma produção literária versátil, que mantém sua proximidade com os aspectos historiográficos, mas que também narra sua experiência pessoal dentro desses paralelos descritivos.

3 O IMPERIALISMO COLONIAL: SOBRE O ANTES DO PRINCÍPIO

Apesar dos inúmeros projetos existentes dedicados a estudar o pós-colonialismo africano e suas consequências nas últimas décadas, é sabido que tais atribuições correspondem a uma infinidade de abrangências técnicas, visto que desenvolver tópicos de discussão sobre esse período histórico envolve também uma análise de infinitos fatores: relações sociais, cultura, consequências, fenômenos linguísticos etc. Primordialmente, um dos impasses que limita as análises sobre a realidade africana atual consiste na extensão territorial, já que o continente corresponde a uma área de 30.370.000 km², os quais estão divididos em 54 nações distintas em costumes e modelos políticos (anexo 1); para mais, há também a diversidade étnica, já que se estima que cerca de 800 etnias ainda coexistem em território afro, os quais dividem-se em falantes de aproximadamente 1200 línguas (anexo 2). Depois verifica-se o fator da dispersão populacional, que atrapalha a segmentação de um eixo singularizado de análise, pois dificulta o estabelecimento de uma relação de igualdade total entre povos.

Porquanto, a existência de tantos países, considerando a atual distribuição geográfica, torna ponderoso segmentar que muitos dos efeitos do colonialismo ainda são vigentes, fazendo com que, assim, não possamos considerar, em uma grande parcela dos estados, o fim totalizado do processo colonial.

A existência desses processos permite observações com pauta na decolonialidade (escola de pensamento utilizada essencialmente pelo movimento latino-americano emergente que tem como objetivo libertar a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica), respeitando os processos de independência, reconhecendo, porém, as consequências e os efeitos do imperialismo na contemporaneidade dessas formações nacionais. Dessa forma, para que exista uma compreensão mais ampla sobre os discursos presentes nas obras, é essencial analisarmos historicamente o peso do movimento imperialista nos territórios africanos, para que assim seja possível visualizar as particularidades dos espaços sociais em que viviam as autoras.

A priori, o propósito do pós colonialismo surgiu como uma alternativa para as potências industrializadas, que buscavam matéria prima e mercados cativos para o consumo de suas manufaturas. Por conseguinte, a demanda por novas colônias é um reflexo direto dos efeitos das inovações nos campos de produção da II Revolução Industrial, somados à lógica civilizatória comtista-spencerista. Sob essa perspectiva, em 1885, é realizada a Conferência de Berlim, requisitada pelo governo de Portugal. O evento tinha por objetivo definir áreas de

atuação e domínio das potências europeias nos territórios africanos. Dessa forma, 14 nações se reuniram na capital alemã buscando seu espaço na partilha do continente central do hemisfério sul. Inicialmente, o projeto visava a um acordo comum de livre comércio e navegação nas bacias dos rios Congo e Níger, entretanto, o produto final acabou dividindo as fronteiras artificiais. Um recorte da autora estadunidense Toni Morrison reflete diretamente o interesse e a pressa europeia em seccionar a África como produto a ser consumido.

Os colonos do Novo Mundo, modelando suas economias em sociedade contemporâneas ou passadas que dependiam da mão de obra gratuita, tentaram escravizar as populações autóctanes e teriam importado qualquer grupo de estrangeiros disponíveis, capazes e inquebrantáveis. Disponíveis, porque os reinos africanos, altamente organizados podiam fornecer trabalhadores e matéria prima para os europeus; capazes porque eram inteligentes, adaptáveis e fortes; inquebrantáveis, pois eram criativos, espirituais e bastante preocupados com seus filhos - os estrangeiros da África se encaixavam perfeitamente. (MORRISON, 2000, p. 54)

Apesar de o objetivo ter sido alcançado com certa rapidez e resolver o porcionamento do continente de forma objetiva, havia, para além do cunho mercantil, um outro objetivo que era a proposta civilizatória do colonizador. Uma herança do Iluminismo francês, as ideias do positivista Augusto Comte carregavam *o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim*, influenciando, assim, no conceito de evolução do coletivo e da busca pelo desenvolvimento social. O autor acreditava que “o progresso é a lei da história da humanidade, e o homem, por sua vez, está em constante processo de evolução” (COMTE, 2020, p. 45). Com tal prerrogativa, muitos discursos de colonização embasaram suas autoridades nestas ideias excludentes, incitando a necessidade de refletir e compreender que o homem tinha, em si, características pré dispostas que auxiliariam no seu progresso evolutivo.

Consoante a isso, as definições do antropólogo inglês Herbert Spencer (1851) apresentavam o processo de que a vida humana seria essencialmente evolucionária, onde as sociedades são hierarquizadas. Tendo este ideal por fundamento, compreendia-se que existia naturalmente uma disputa entre os indivíduos para sobreviverem, individualmente e diante do coletivo. O principal pilar teórico embasava-se sobre a teoria da "Seleção Natural" darwinista, a qual, era aplicada sobre as dinâmicas sociais, avaliando a existência de uma relação direta entre o desenvolvimento de um espécime como unidade e a evolução da humanidade no geral. Dessa forma, a população europeia constatou a necessidade de trazer uma igualdade para nossa classe, condenando alterações da homogeneidade basal humana, até os aspectos mais variados das concepções existenciais. A partir disso, desenvolveu-se o conceito de Darwinismo social, avaliando que na sociedade havia civilizações mais aptas e, outras, menos

aptas ao desenvolvimento, na medida que, segundo o autor “progresso não é um acidente, mas uma necessidade” (HOFSTADTER, 1944).

Nesse ínterim, segundo a lógica de Herbert, com base direta nos estudos já citados de Comte e Darwin, os povos com mais suscetibilidade de adaptação e evolução deveriam se comprometer com o crescimento daqueles que não tivessem tal propensão. Por sua vez, os efeitos dessas ideias foram vistos em diversos campos sociais e filosóficos, induzindo o desenvolvimento de inúmeras novas correntes de pensamento. Inicialmente, as decisões eram tomadas a partir de pretextos analíticos deterministas, os quais construíam algumas noções de que tudo se encaminharia para resultados previsíveis e impreteríveis, pois o ambiente condicionaria os homens. É importante salientar que essa visão era funcional para o processo de colonização, posto o entendimento de que, se as pessoas fossem deixadas ao curso de seu suposto eixo natural, com fundamento na forma em que apenas os elementos do ambiente influenciam na circunstância para a qual a sua sociedade evoluiria ou deixaria de evoluir, muitas sociedades estariam fadadas à ruína, exceto se fossem salvas por aquelas com a aptidão para evolução. Isso pode ser visualizado de uma forma superficial, se ignorarmos o desenvolvimento de análises extremistas, como a eugenia galtoniana.

O surgimento desses pontos de vista acaba por acentuar a periculosidade de estabelecer uma pirâmide de disposição evolutiva. Francis Galton (1883) desenvolveu um entendimento que vislumbrava o estudo dos agentes sob o controle social, os quais poderiam, por sua vez, melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das gerações futuras, sejam essas variações físicas ou intelectuais. Estudos desse gênero seguiram estimulando gerações de estudiosos, incentivando que haveriam características naturais humanas que valorizam a espécie e que estas poderiam ser selecionadas e multiplicadas para uma evolução monitorada da humanidade, ideal que seria amplificado, por exemplo, na Alemanha nazista.

À vista disso, além da busca por materiais de produção, o ímpeto do colonialismo se direcionou ao continente africano buscando desempenhar a sua missão civilizatória natural, aspirando à “salvação” da espécie. Dotados de todo o conhecimento e tecnologia, caberia a estas populações o papel de salvar as almas selvagens dos povos ao sul, a potência deste conceito pode ser ilustrada na produção poética do britânico Rudyard Kipling: *Fardo do Homem Branco*.

Tomai o fardo do Homem Branco
Enviai vossos melhores filhos
Ide, condenai seus filhos ao exílio
Para servirem aos vossos cativos;
Para esperar, com chicotes pesados
O povo agitado e selvagem
Vossos cativos, tristes povos,
Metade demônio, metade criança.
Tomai o fardo do Homem Branco
As guerras selvagens pela paz
Enchei a boca dos famintos,
E proclamai o cessar das doenças
E quando o vosso objetivo

estiver próximo (O fim que todos procuram) Assisti a indolência e loucura pagã Levai toda sua esperança ao nada. (...) Tomai o fardo do homem branco E colha sua antiga recompensa A culpa de que farias melhor O ódio daqueles que você guarda O grito dos reféns que você ouve (Ah, devagar!) em direção à luz: "Porque nos trouxeste da servidão nossa amada noite no Egito?". (KIPLING, 1974, p. 1)

Diante do tratado entre as nações, coube aos ingleses, portugueses e franceses grande parte do peso da colonização. A Inglaterra, como maior potência do período, recebeu a maior porção do território africano, dominando boa parte das nações do leste africano; a França ficou com uma parcela correspondente a 80% da totalidade do centro oeste da África Mediterrânea; já Portugal obteve uma fração ao sul do continente e alguns pontos da costa equatorial. Após anos de dominação, um encadeamento de fatores contribuiu para o projeto de independência dos países africanos.

Preliminarmente, a divisão das terras da África entre os europeus foi realizada desconsiderando a distribuição dos povos locais, unindo tribos inimigas dentro de um mesmo espaço territorial. Isso futuramente resultaria em diversos confrontos civis localizados, mas também generalizados, assim como ocorreu em Angola, na Somália, na Etiópia, no Sudão, na Libéria, no Burundi, em Ruanda, em Serra Leoa, no Congo e em Guiné-Bissau, os quais foram financiados pelas capitais europeias que buscavam manutenção da população, e, também, pelas potências econômicas em busca de consolidação: Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas durante a Guerra Fria.

O processo de descolonização da África pela maioria dos países europeus se consolida em 1945 com a imposição das Nações Unidas para que as potências coloniais promovessem a autogestão de suas colônias. Contudo, durante o Estado Novo, António de Oliveira Salazar fecha os olhos para essa realidade e segue seu propósito de manter um grande império “uno e indivisível”. Por isso, quando ocorre nas colônias uma intensificação da consciência nacional a partir de 1950, há como resposta uma atuação fortemente repressiva pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), visando a inibir qualquer manifestação em prol das independências. (FORLI, 2021, p. 13)

A existência de tais conflitos internos gerou os primeiros problemas de gerenciamento para as capitais europeias, visto que a população local era numerosa demais para que houvesse uma ação militar unitária e eficaz por parte do exército da capital, além de trazer um grande risco de baixas até o sucesso de uma ação belicosa, visto que boa parte dos guerrilheiros possuíam algum tipo de armamento. A situação se agravou diante da Segunda Guerra Mundial, que enfraqueceu de forma significativa o poder de domínio, em consequência da devastação material das cidades, da grande perda de vidas e da decadência econômica após a corrida armamentista. Com isso, muitos dos países visualizaram, no

enfraquecimento do poder de pressão colonial e no apoio estrangeiro das Organizações Internacionais, o estopim para suas independências. Assim, é basilar enfatizar que os conflitos coloniais não são motivados apenas por libertações políticas, mas também por reestruturações sociais e pela implementação de regimes mais igualitários étnica e culturalmente.

A identidade de uma nação passa a relacionar-se a uma série de elementos que vão da língua à tradição, passando pelos mitos, folclore, sistema de governo, sistema econômico, crença, arte, literatura, etc., passado e presente, mesmo e outro, não sendo, portanto, um fenômeno fixo e isolado. É a crise de identidade que termina colocando em risco as estruturas e os processos centrais das sociedades, abalando a velha estabilidade no mundo social. (TUTIKIAN, 2006, p. 11-12)

Tendo tal realidade supracitada como plano de fundo, vê-se em *Baratas*, obra de Scholastique, a libertação de Ruanda. A terra natal da autora era uma colônia alemã, mas, após o fim da Primeira Guerra Mundial, seu controle foi entregue à Bélgica. Com a necessidade de um controle terceirizado do país, os belgas deixaram representantes da população tutsi no poder. Entretanto, no início dos anos 50, o movimento de descolonização ganhava forças pelo continente africano e, com isso, em uma tentativa de dispersar as concentrações populares, o poder foi entregue à maioria da elite hutu, incitando um confronto étnico entre os grupos. A descrição do conflito é muito bem descrita, também, nos escritos de Philip Gourevitch, jornalista americano, correspondente do jornal New York Times, que reuniu relatos dos ruandeses pós genocídio para melhor entender o que havia ocorrido no ano país.

Após dezenas de conflitos internos e do clima constante de uma guerra civil, Ruanda foi considerada, em 1962, independente pela Organização das Nações Unidas, entidade que buscava um governo democrático e pluriétnico para o país, e que apoiou o processo eleitoral nacional. Todavia, após as votações decretou-se a vitória do hutu Grégoire Kayibanda, o qual estimulou uma perseguição civil aos tutsis como retaliação pelos anos anteriores ao processo democrático, distanciando ainda mais a população e ampliando a divisão social. Os que sobreviveram a tais ataques foram pouco a pouco sendo exilados em províncias afastadas do centro ruandês, condicionados à extrema miséria e violência, outros raros tentaram buscar refúgio nos países vizinhos, principalmente no Burundi e no Congo. Alicerçados nesse ponto de partida, os combates não mais seriam cessados, os tutsis reuniram-se e criaram a Frente Patriótica Ruandesa, enquanto os hutus dominavam o país sob o governo de Juvénal Habyarimana.

Tudo parecia encaminhar-se de forma harmônica após os acordos de paz iniciados pela ONU, com auxílio do governo da Tanzânia, em 1993, visando um cessar-fogo e o fim das

represálias étnicas. Entretanto, o sistema de transição política e as decisões internacionais não foram suficientes para conter a fúria popular que surgiria no país após o assassinato de Habyarimana em 94. Tal evento, por sua parte, foi a chama que faltava para que o barril de pólvora ruandês finalmente explodisse.

Dessarte, em 7 de abril de 1994 iniciaram os massacres descontrolados no país, as forças armadas da Organização das Nações Unidas e do Exército da Bélgica não foram capazes de conter a onda de violência da população. Com isso, as Armas exteriores se retiraram do país e deixaram os ruandeses abandonados à própria sorte. Ainda hodiernamente não se tem dados exatos sobre os efeitos colaterais da retirada das forças internacionais do conflito nacional, estimando-se que mais de 1 milhão de pessoas foram assassinadas durante o grande massacre, entre estas a gigante maioria tutsi.

Foi preciso que eu e André nos resignássemos a fazer a chamada dos nossos mortos: meu pai Cosma tinha 79 anos; minha mãe Stefania, devia ter 74 anos; minha irmã mais velha Judith e seus quatro filhos, não sei mais exatamente quantos anos as crianças tinham; meu irmão, Antoine, e sua esposa, eles tinha nove filhos, o mais velho com vinte anos, o mais novo com cinco; Alexia, seu marido Pierre Ntereye e quatro dos seus filhos, entre dez e dois anos; Jeanne, minha irmã mais nova, seus quatro filhos; Douce, oito anos, Nella, sete anos, Christian, cinco anos, Nénette, um ano, e o bebê do qual ela estava grávida de oito meses. Eu contava e recontava. Somavam 37. (MUKASONGA, 2018, p. 133)

O grande questionamento humanitário que persiste circunda a ausência de uma intervenção militarizada diante dos conflitos, além do desinteresse político mundial em buscar uma cessação para o horror instalado nas terras centro-africanas. A guerra civil no país só chegou ao fim no dia 15 de julho do mesmo ano, quando a Frente Patriótica Ruandesa venceu os líderes hutus e assumiu o poder do país. O Presidente da República Paul Kagame, eleito após a instauração do Tribunal Penal Internacional de Ruanda, no ano de 2000, é o primeiro tutsi no poder desde o início do processo democrático no país, seguindo como líder maior do Estado até a atualidade.

Outras possessões tiveram sistemas diferentes para buscar o seu estado de independência, as portuguesas principalmente. Em países como Moçambique, espaço de narrativa em *Caderno de Memórias Coloniais*, o processo de libertação ocorreu de forma tardia, após a metade dos anos 1970, fruto da fraqueza pós-guerra e da instabilidade interna da capital.

No princípio, a morte do ditador e governante português António Salazar afetou diretamente o controle político dentro de Portugal. A figura do ditador era de extrema importância para a estabilidade do país, pois Salazar se manteve como líder do país por quase

30 anos e seu sucessor, Marcello Caetano, herdaria um país agravado por um desequilíbrio econômico e com fortíssimas crises identitárias. No dia 25 de abril de 1974, o continuador do Estado Novo português foi deposto por uma ação militar, levando o general António de Spínola ao poder, trazendo ainda mais conturbações para a harmonia nacional.

Diante de tamanha instabilidade política, as dificuldades de controle da capital sobre suas colônias repercutiram simultaneamente nos habitantes das terras africanas. Um ponto substancial foi a fuga de Caetano para o Brasil após sua deposição, evento que resultou no encadeamento dos conflitos coloniais, entende-se a magnitude disso, pois, em pouco mais de um ano, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola se tornaram independentes.

Apesar da reação em cadeia setentista, Moçambique foi, por sua vez, um dos espaços do mundo que ficou mais tempo sob dominação europeia. No apanhado de Paulo Fagundes Visentini, é possível visualizar sua progressão até a libertação. Colonizados em 1505 pelos portugueses, só iniciaram suas guerrilhas libertárias no século XX, passando cerca de 30 anos em conflito até a conquista da independência, que viria somente em 1975. No início dos anos 50, o movimento nacionalista surgiu no país, mas só ganhou força e determinou seus objetivos de forma expressiva com a criação da Frente de Libertação Moçambicana, em 1962. O grupo em questão foi conquistando espaço e aliados em toda a região norte da colônia, apesar dos constantes esforços lusitanos para conter o avanço dos rebeldes. Independente das tentativas, o exército português não tinha poder para uma frente realmente efetiva no local.

Em uma investida de defesa, apoiados pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, receberam apoio militar e bélico, porém o armamento não foi suficiente para que o exército lusitano inibisse os avanços civis em Moçambique, iniciando uma reação em cadeia de libertação. Ainda que a batalha pela independência só tenha sido oficializada propriamente em 25 de setembro de 1964, o conflito contra as forças coloniais já era iniciado e havia se expandido para outras províncias como Niassa e Tete. Os combates duraram mais 10 anos, e mesmo com diversas guerrilhas, o conflito chegou ao fim, pelo menos administrativamente, com a assinatura dos Acordos de Lusaka, em setembro de 1974.

Todo o processo em terra foi facilitado após António de Spínola assumir o seu mandato como líder nacional. Houve uma abertura de diálogo entre os portugueses e seus domínios imperiais, depois de discussões e acordos, em 1975, Portugal iniciou a retirada de suas tropas das terras moçambicanas e reconheceu a independência do país, deixando o governo para o líder da Frente Libertadora Samora Machel. Apesar de ter sido uma independência sem grandes perdas em solo nacional, houve um desacordo interno entre a

população moçambicana sobre os encaminhamentos governamentais do país, assim como em Ruanda.

No início do seu mandato, a administração de Machel implementou em Moçambique um modelo socialista, aproximando-se dos soviéticos e das organizações econômicas orientais, buscando um equilíbrio e uma estabilidade para o país, a fim de desenvolver plenamente a nação. Além disso, o país abriu as portas para receber os refugiados de outros países, principalmente a população que fugia do Apartheid sul africano, selando laços com o Congresso Nacional Africano. No entanto, um grupo de guerrilheiros nacionalistas, os quais lutavam contra o avanço comunista no país, a Resistência Nacional Moçambicana, não concordavam com o sistema de governo vigente e buscaram atos de repúdio a Samora Machel e seus apoiadores.

A guerra civil persistiu até 1992; Machel morreria em 86, mas Joaquim Chissano assume seu lugar e mantém os ideais do antecessor. A guerra em Moçambique ficou marcada pela violência e pelos efeitos colaterais das minas terrestres, espalhadas por todo o país, gerando anos de massacres, queimadas de residências e de seções ambientais, além dos conflitos armados. Os líderes da Frente de Libertação Moçambicana aceitam um diálogo com a Resistência Nacional Moçambicana, aprovando uma nova constituição para o país em 1990. Apesar do pluralismo partidário, Chissano é reeleito e conserva os preceitos do grupo que representa, entretanto aderiu diversas medidas neoliberais buscando um equilíbrio com a oposição. Infelizmente, tanto em Moçambique quanto em Ruanda os efeitos da guerra e dos massacres em prol das independências deixaram fissuras sociais intransponíveis.

Os restos do Império estarão, na próxima semana, disponíveis, no aterro sanitário. Há camas, mesas, cadeiras. Saíram do caixote dos retornados diretas para o sótão; nunca entraram em casa. Criei o quarto-Império, para onde atirei aquilo de que não consigo libertar-me ainda, e, dentro dele, as caixas-Império. Venham buscar. Uma pessoa precisa de tempo para conseguir atirar o passado borda fora. Libertei-me de muito. Dei. Vendi ao desbarato. Reciclei. Neste momento, o mais vivo mono do Império que por aqui resta, acho que sou eu. (FIGUEIREDO, 2019, p. 169)

4 RAÍZES E DESTINOS: DOS LIMITES E DAS PERSPECTIVAS

Por princípio, verificando o escrito da moçambicana Isabela Figueiredo, percebe-se uma descrição apaixonada de um território africano quase utópico, onde há uma vasta beleza natural, uma interação presente com o ambiente, a presença de uma fauna e flora estonteantes, dignos de um processo narrativo deveras romântico. Em *Caderno de Memórias Coloniais*, a narração é pautada sobre as lembranças de uma menina jovem, branca e descendente de família portuguesa, a qual vê no processo de independência uma possibilidade de ascensão socioeconômica através da *Califórnia Africana*. Os contrastes descritivos entre a percepção de Isabela e o peso dos eventos na realidade demonstram como o ambiente não é o único fator a impactar o eixo narrativo da obra. Além disso, após a publicação, a autora reconheceu que algumas colocações externas aos seus elementos memorialísticos foram necessárias para a construção de uma percepção real a respeito do texto, para que houvesse um retrato mais verossímil da realidade que era vista no país, mesmo que essa não fosse aplicada a sua realidade propriamente.

Caderno de Memórias Coloniais constitui uma fonte fidedigna para o estudar e transpor os erros do passado. É um testemunho literário que se baseia nas memórias de uma criança não politizada. Foi minha preocupação que a visão do mundo colonial fosse a da criança que fui, e não a da mulher que sou. A visão crítica e teórica não existia nessa criança. Nela existia apenas uma consciência universal, inata, sobre o valor da existência. É a perplexidade dessa criança que fala de dentro, porque pertence ao mundo colonial e observa a partir das entranhas. (FIGUEIREDO, 2020)

O conjunto de excertos nomeados *Caderno de Memórias Coloniais* foi publicado pela primeira vez em 2009 como um romance autobiográfico, que narra a situação da autora e de sua família durante o processo da independência de Moçambique quanto a Portugal. Após o estopim da literatura portuguesa, com a Revolução dos Cravos, muitas revoluções começaram nas colônias africanas. Em setembro de 1964, começam as batalhas entre a Frente de Libertação de Moçambique e as forças armadas de Portugal. O cessar-fogo foi decretado 10 anos depois, em 1974, e no dia 25 de junho de 1975, Moçambique havia se tornado, oficialmente, independente. A situação havia sido resolvida com a política da colônia, porém muitas lutas passaram a dominar os territórios africanos, resultado das divisões políticas de territórios da Conferência de Berlim.

Após o 25 de Abril já se ouvia falar livremente sobre a guerra. Os turras entraram pela cidade dentro e foi necessário explicar e perceber de onde vinham, quem eram

esses invasores cheios de poder. Percebi que os colonos desejavam a independência, mas sob poder branco. (FIGUEIREDO, 2018, p. 95)

Em Moçambique, a guerra civil deu-se entre os nativos africanos e os brancos descendentes da antiga colônia. A família da autora vivia uma realidade paralela à situação dos colonos — que tinham o controle político e econômico em terras moçambicanas até a revolução — depois da independência e seu regresso massivo a Portugal, gerando a Crise dos Retornados na Europa — evento que deu nome aos mais de 600 mil refugiados africanos que “retornaram” para Portugal após a Revolução de 74 em busca de abrigo e condições mais seguras de vida. “Agíamos em modo de sobrevivência, portanto havia palavras que não precisavam de ser pronunciadas. A sobrevivência não espera, não fala. Faz. Depois mandaram-me embora para a metrópole”. (FIGUEIREDO, 2018, p. 130)

Para além do plano histórico, em uma análise estrutural, o livro é disposto em pequenos capítulos/posts independentes entre si e pode ser lido como um conjunto de crônicas em torno de um eixo temático principal: a infância da escritora e a realidade do colonialismo português em Moçambique. A narração segue em primeira pessoa integralmente, com uma cronologia variável e, de forma elíptica, retratando as lembranças de uma menina incumbida de disseminar a verdade dos brancos pelas terras europeias, mas que divide seu discurso entre os abusos colonialistas e o massacre “cometido pelos negros”.

Na obra principal de Scholastique, *Baratas*, vê-se uma ótica diferente do processo de colonização e da relação entre a colônia e a capital. No princípio do tomo, Scholastique Mukasonga é uma jovem tutsi, em Ruanda, vivendo em uma região periférica, já sofrendo desde o início da sua infância com o peso do trabalho doméstico e da perseguição segregacionista. A menina vê rapidamente a própria vida e a vida do seu povo mudarem de maneira drástica após a ascensão do governo hutu, levando a maior parte da população ruandesa ao exílio ou ao esconderijo.

Os primeiros pogroms contra os tutsis estouraram em Toussaint, em 1959. A engrenagem do genocídio tinha sido acionada. Eles não parariam mais. Até a solução final, eles nunca parariam. Os atos de violência contra os tutsis não pouparam, evidentemente, a província de Butare. Eu tinha três anos, e foi então que as primeiras imagens de terror ficaram gravadas na minha memória. Eu me lembro. (MUKASONGA, 2018, p. 13)

De forma observativa, Ruanda é um país localizado no centro oriente da África subsaariana, originado pela união de dois povos Bantus — os hutus e os tutsis. Apesar de serem dois grupos étnicos de mesma origem, que falam o mesmo idioma e praticam a mesma

cultura, existe uma diferença fenotípica entre eles, principalmente na estatura e no tom da pele. Apesar de conviverem de forma organizada e pacífica, estes se organizavam em uma estrutura social piramidal, na qual os tutsis, que possuíam o domínio do gado e das plantações, eram parte da “nobreza”, e os hutus trocavam seus serviços por benefícios e facilidades sociais. Apesar de tal situação, existia uma determinada mobilidade social através de casamentos e uniões de interesse.

No final do século XIX, inicia a dominação europeia na região subsaariana. A primeira expedição alemã chega ao país sem grandes expectativas, visto que o espaço é interiorano e não apresentava potencial mineralógico. Buscando um controle facilitado e com poucos custos, os alemães optaram por um governo indireto, aliando-se à nobreza local, que era em sua quase totalidade de etnia tutsi, dando, assim, o poder para esses, permitindo que se comportassem como superiores diante dos outros nativos. Para manter tal segregação, os colonizadores intensificaram a estratificação dos grupos, separando-os de forma declarada, impondo documentos que elucidassem as identidades raciais e destacando que o domínio havia sido entregue àqueles que, por sua vez, tinham traços mais próximos dos europeus: a população tutsi se destacava dos hutus por terem narizes mais finos, peles em tons e subtons mais claros, além de serem estruturalmente mais altos. Segundo Demetrio Magnoli, a seleção por fracos físicos não era somente por identificação, mas também por culturalidade.

Inspirados por esta narrativa, os sábios belgas em Ruanda decidiram que os tutsis só podiam ser um dos frutos das migrações hamíticas. Na versão principal da tese, os tutsis seriam originários de algum ponto do Chifre da África, possivelmente a Etiópia, numa versão alternativa, teriam se deslocado a partir do vale do Nilo. Contudo, a origem etíope afigurava-se como a mais sedutora para os estudiosos europeus, pois significava que os tutsis tinham ancestrais cristãos. (MAGNOLI, 2009, p. 263)

Apesar disso ter sido um fator determinante para estabelecer relações de poder, esta fisionomia seria demonizada futuramente com a mudança do governo local.

Faziam-me ter vergonha da cor da minha pele, menos escura do que gostariam, do meu nariz, reto demais, segundo elas, dos meus cabelos muito volumosos. Eram sobretudo os meus cabelos que me davam mais preocupação. Eram etíopes, ao que parece, *irende*, característica que atribuíam às *inyenzis*. (MUKASONGA, 2018, p. 87)

Após o domínio alemão, ocorre a transferência de poder para os belgas, que reforçam o Apartheid no país e basicamente extinguem a relação entre os povos locais. Anos passam carregados de crises internas até a independência do país em 1962, com um plebiscito popular

em prol da libertação, levando a eleição de um primeiro ministro hutu, Kayibanda. Em seguida, inicia-se um processo de repressão à população tutsi e uma diminuição da sua humanidade.

Em 1º de julho de 1962, Ruanda tornou-se oficialmente independente. Com a ajuda dos belgas e da Igreja Católica, o MDR-Parmehutu pôde estabelecer o que um relatório da ONU designou, a partir de março de 1961, “a ditadura racial de um único partido”. Milhares de tutsis foram massacrados, mais de cento e cinquenta mil fugiram para os países vizinhos e os que restaram em Ruanda foram reduzidos a párias. (MUKASONGA, 2018, p. 13)

Isto posto, novos conflitos surgem no início dos anos 90, gerando uma disseminada guerra civil. Em 6 de abril de 1994, o avião do primeiro ministro hutu Habyarimana é derrubado, dando início ao genocídio popular da população tutsi — o evento causou a morte de mais de 800 mil pessoas entre abril e junho daquele mesmo ano. A aeronave que carregava o líder ruandês, além do presidente do Burundi Cyprien Ntaryamira foi derrubada nos arredores da capital Kigali. O grande mistério que circunda o atentado contra os líderes políticos é a autoria do ataque: grande parte da população acreditava na possibilidade de uma ação dos rebeldes da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), porém muito se especula, também, sobre a possibilidade de extremistas da frente de Poder Hutu terem realizado a investida contra seu próprio líder, buscando uma motivação para retaliação contra os tutsis. Independentemente da motivação que levou aos assassinatos, compreende-se que este evento foi responsável diretamente por uma mobilização nacional de milícias xenofóbicas antitutsis.

Sob esse plano de fundo, a escritora organiza a obra de acordo com as suas memórias a respeito dos eventos do seu seio familiar e da cultura local, carregando o leitor pelo seu processo de amadurecimento e compreensão dos fatores sociais, mas também pelo desmembramento dos eventos políticos e da progressão da opressão tutsi no país. O romance segue uma lógica estrutural consistente, apresentando as perspectivas da vivência infantil sem isolar o peso do julgamento maduro a respeito dos eventos. As lembranças de Scholastique têm a função de manter vivas as histórias de um extermínio e a existência dos exterminados, incluindo-os em suas dedicações iniciais.

A todos que pereceram no genocídio em Nyamata, a Cosma, meu pai, Stefania, minha mãe, Antoine, meu irmão e seus nove filhos, Alexia, minha irmã, seu marido, Pierre Ntereye, e seus filhos, Jeanne minha irmã caçula e seus filhos, Judith e Julienne, minhas irmãs e seus filhos. A todos aqueles de Nyamata que são citados neste livro, e a todos aqueles, mais numerosos, que não o são. Aos raros sobreviventes que carregam a dor de sobreviver. (MUKASONGA, 2018, p. 6)

Salienta-se, que, apesar das colocações maduras, em todo o seu livro *Scholastique* narra o seu ponto de vista como criança, mulher e cidadã tutsi diante de toda a crise político-econômica do país. Apesar disso, a autora não permanece em Ruanda durante todo o período de crise civil, visto que ela foge de sua terra natal antes do grande massacre em 94, pois vai estudar em um centro preparatório para moças. Entretanto, toda sua família sofre o reflexo da violência generalizada que se instala no país. Diferentemente de Isabela Figueiredo, a escritora ruandesa está fadada a viver diariamente o peso da perseguição e da discriminação, passando boa parte da sua vida em constante alerta sobre sua condição. As autoras, apesar de viverem situações semelhantes, são personagens opostos na tecitura das histórias dos seus países.

À vista disso, de forma primária, é de grande destaque a escrita das duas autoras africanas que buscaram construir narrativas, intencionando a manutenção dos eventos e o registro de suas perspectivas, resgatando — a partir de suas memórias — e contando a história de suas vidas, paralelamente aos acontecimentos violentos que marcaram o processo de formação de suas nações. Todavia, o grande destaque para a seleção de tais obras e a colocação destas em uma comparação nesta monografia é o posicionamento diante dos eventos: Isabela Figueiredo é uma retornada que visualiza o avanço das frentes coloniais como um ataque ao modo de viver da população local; como uma descendente portuguesa na colônia, desta maneira, a menina julga negativamente as ações da Frente Libertadora Moçambicana ao buscar um afastamento de Portugal e seus descendentes. Por outro ponto, *Scholastique Mukasonga*, diferente de Isabela, faz parte da população que sofre com a repressão durante o imperialismo na África, visualizando o apoio ao regime hutu e às sequentes perseguições aos tutsis sob uma circunstância opressiva e violenta desde seu o nascimento até o ponto de encerramento da narrativa.

5 AS MEMÓRIAS DA VIDA E DA TERRA

Visualizando a condição onde se ambientou a vida das autoras e as limitações existentes, as quais devem-se aos eventos violentos de formação nacional, as obras acabam se apresentando inicialmente pela ótica de sobreviventes refugiados, vivendo em outras nações que não as suas de origem, produzindo literatura em idiomas europeus.

Antes mesmo das escritoras analisadas nesta monografia, temos exemplos de obras que seguem o mesmo modo de produção como *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, publicada no ano de 1992, trazendo de forma ficcional informações memorialísticas a respeito dos danos locais causados pelos conflitos, o autor, também moçambicano, é natural da província de Sofala e viveu diretamente os reflexos da violência pós-guerra, porém decidiu registrar suas percepções através de dois personagens desconectados de sua figura. Da mesma forma pode-se verificar a escrita de Yolande Mukagasana, ruandesa que redigiu todas suas obras originalmente em francês, publicando-as, respectivamente, em 1997 e 1998, *La mort ne veut pais de moi* e *N'aie pas peur de savoir*. A autora é uma enfermeira tutsi que vivia em Kigali e perdeu toda sua família durante os 100 dias do massacre de 94, a partir disso produziu o registro, duas obras autobiográficas, dos recortes de sua memória sobre a vida pré e pós genocídio, como uma mulher adulta, com sua constituição familiar estabelecida.

Seguindo essa lógica, podemos analisar um ponto em comum, de forma geral, entre os escritos supracitados e os que são centralmente analisados neste escrito: a linguagem. Apesar de serem nativos de Moçambique e Ruanda, todos escrevem em línguas europeias. Assim como Mia Couto, Isabela pública *Caderno de Memórias Coloniais* em língua portuguesa, idioma oficial do seu país de retorno, Portugal, e da sua família — todavia, como a maior parte das nações africanas, Moçambique é um Estado multilíngue, sendo uma região de altíssima diversidade linguística, as quais não são abordadas nas obras. Consoante a colocações de Armando Jorge Lopes, especialista em linguística aplicada na Universidade Eduardo Mondlane, baseado sob os recortes de Barbara Grimes, é possível perceber que Moçambique é o 15º país com maior diversidade linguística de toda a África.

Em 1997, o governo realizou o II Recenseamento Geral da População, tendo os resultados definitivos publicados em 1999. A língua com o maior número de falantes é o Emakhuwa, que corresponde a 25% da população total do país, agora estimada em 17 milhões. Se o Emakhuwa fora associado à língua Elomwe - uma associação defendida por alguns tipólogos e linguistas que acham que é considerável o grau de inteligibilidade mútua entre as duas línguas -, o conjunto Emakhuwa-Elomwe representará, então, 33% da população total. Seguem-se depois o Cisena e o Xichangana, com 11% de falantes cada. (LOPES, 2006, p. 35)

A partir disso, percebe-se que há uma infinidade de línguas locais que retomam a raiz do bantu que cerceia o país, todavia a autora acabou optando por utilizar a língua colonizadora como parte da construção de suas memórias. Antecipadamente, compreende-se a seleção realizada por Isabela, visto que a obra vem a ser produzida em terras lusitanas e que o idioma fazia parte do seu convívio infantil, porém a exclusão dos idiomas locais moçambicanos é uma seleção, no mínimo, perigosa, pois ao leitor entrega-se a presunção de que tanto colonizadores quanto colonizados comunicavam-se uniformemente em português, dado que não há esclarecimento no que concerne à determinação da língua escolhida para o relato.

Ademais, Scholastique escreve *Baratas* seguindo a mesma lógica, publicando-o pela primeira vez com 96% do seu texto em francês, idioma implementado no país durante o processo colonizatório, apesar de ser uma falante nativa de kinyarwanda, e dar ao livro o subtítulo na língua ruandesa. Quanto a isso, o linguista e Diretor-Geral do Centro Internacional das Civilizações Bantu, Vatomene Kukanda, analisa que o francês é por sua vez a língua nacional das terras ruandesas, mas que a implantação de um ensino ou um estímulo a uma produção monolinguista é incoerente com a situação do país.

Portanto, o monolinguismo que nós linguistas evocamos, de vez enquanto, sobre alguns países da zona não é real. Quando se fala duma situação monologue (no que diz respeito as línguas autóctones) no Ruanda e no Burundi, por exemplo, é preciso reconhecer que trata-se duma meia verdade. De facto, o Kinyarwanda e o Kirundi partilham os seus espaços respectivos com uma língua regional dominante, o swahili. E isto sem falar da presença da língua oficial, o francês, que já faz parte do universo linguístico dos dois países. Essa situação obriga a uma complementaridade das línguas. Não há saída com uma só língua e a tal complementaridade encontra-se a diferentes níveis e é ditada pelo contexto linguístico. (KUKANDA, 2000, p. 110)

Averiguando outros aspectos que transpassam as particularidades linguísticas, que foram condicionadas de acordo com a circunstância, há também a peculiaridade de selecionar as memórias pertencentes, em sua grande maioria, ao período da infância, visto que ambas as autoras retiram a compreensão que tem sobre as externalidades dos efeitos políticos e sociais ligados ao processo de independência. Dessa forma, apesar de compreenderem uma parcela dos eventos aos seus redores, a visão existente nas obras é a de crianças.

Nas longas cartas que lhes escrevia, uma ou duas vezes por semana, devo ter referido a existência de Moçambique, terra queimada, na rua das Montras. Ponho as mãos no fogo em como o fiz. Se me recordo de o ter feito? Não. Mas fi-lo, com a certeza da lógica. Fi-lo por ter sido fiel ao meu pai, mesmo traindo-o. Conta a verdade lá na metrópole. Conta o que passamos por cá. A verdade era uma história muito longa e complexa, rica de narrativas encaixadas alternadas, simultâneas,

polifônicas. (...) O que ele queria que eu contasse era apenas uma parte de um gigantesco todo. Se havia algo certo, era o incerto. (FIGUEIREDO, 2020, p. 150)

Além das marcas de linguagem há também a conexão com a terra e com o território africano, Scholastique de forma mais evidente que Isabela. Nascida na região de Gikongoro, no espaço da fronteira com o Burundi, próximo ao Lago Kivu e ao Congo, Mukasonga vivia próxima a uma região preservada e com montanhas de extrema altitude, sempre descrito como um local fresco e com vegetação vasta.

Nasci no sudoeste de Ruanda, na província de Gikongoro, na borda da floresta de Nyungwe, a grande floresta de altitude que dizem abrigar - mas quem foi que viu? - os últimos elefantes livres. O cercado dos meus pais ficava em Cyanika, à beira do rio Rukarara. (MUKASONGA, 2018, p. 9)

A ruandesa enfatiza, principalmente após os transportes de exílio, como os territórios do país são diferentes, demonstrando através de uma narrativa descritiva, aspectos da fauna, da flora, do clima, do relevo e da umidade que distanciam as províncias de Ruanda como se fossem universos totalmente distintos, isolando seus habitantes — também — pelos seus ambientes. Todavia, independente de tamanhas peculiaridades e distinções, seus conterrâneos se adaptam rapidamente à nova região, e continuam coexistindo com o espaço, com a vegetação e com o que a terra lhes oferece.

Um ponto importantíssimo da narrativa de Mukasonga é, por exemplo, a conexão com o plantio que seu povo tem, seja com os cereais e frutas nativas, seja com o café, imposto pelos colonizadores. Independente do local para onde fossem transportados ou realocados, o grupo sempre encontrava uma maneira de arar a terra e preparar o plantio. Durante a partida para Nyamata, por exemplo, Scholastique relata que as mulheres, líderes das famílias, levaram rumo ao exílio apenas suas panelas e algumas sementes, amarradas em suas roupas, garantindo assim a sobrevivência dos seus em qualquer lugar do país.

Um recorte interessante para a reflexão sobre a conexão com a terra e como ela unia as populações locais pode ser visto na alimentação pelo sorgo, um cereal regional, o *ikigage*, cerveja de sorgo, mas principalmente na relação com a *urwarwa*, cerveja de banana. A produção do fermentado significava um evento para o vilarejo: as crianças podiam faltar à escola, os vizinhos se reuniam na vigília da fermentação e todos ficavam em festa. A autora narra todo o processo de fabricação artesanal da bebida, desde a retirada das bananas das bananeiras, as quais eram levadas para amadurecer em covas aquecidas por cinzas de carvão; quatro dias depois, com as frutas prontas, busca-se água, amassam-se os frutos nas gamelas

com *ishinge*; as frutas são selecionadas e dispostas a ponto de não preencherem completamente os recipientes, pois a espuma da fermentação — *urifo* — transbordaria. Quando o suco fermentado era produzido — *umutobe indakamirwa* — coava-se o líquido, colocando-o em uma nova gamela em uma mistura uniforme de água e *umutobe*, assim se fazia um bom *urwarwa*. Ao fim, a jarra com o *umutobe* era devolvida à cova aquecida, com sorgo torrado para produzir levedura e, assim, após mais dois dias, o *urwarwa* está pronto. Além da cerveja de banana, mais uma bebida tradicional era produzida durante o processo, a *amaganura*: após coar a *urwarwa*, as ervas que restavam no fundo do recipiente eram cobertas com água, gerando uma bebida principalmente ingerida pelas mulheres.

A descrição supracitada, apesar de parecer simplória ou supérflua, traz à tona uma relação direta do povo com um produto fornecido pela terra, principalmente sobre como os frutos desta terra podem gerar momentos para o coletivo. É evidente, por conseguinte, que os escritos da ruandesa trabalham mais do que os conflitos civis, trazendo uma descritividade sobre os hábitos nativos e hereditários da população local, tendo o espaço físico como início, meio e fim. Em seu capítulo de encerramento, citando seu retorno à Ruanda, 10 anos após o massacre, Scholastique reitera o amor pelo território, e por tudo o que cada pedaço da estrada significa.

Tenho pressa em descobrir a Ruanda que me era proibida. Quero ver tudo, Gikongoro, onde nasci, à beira do rio Rukarara, o lago Kivu, Kibuye, Ruhengeri, Gisenyi, os vulcões... Gostaria que o micro-ônibus parasse em cada volta da estrada para que, até o horizonte, as colinas e os cumes das montanhas viessem preencher meu olhar. E repito - e caçoam de mim com delicadeza: "Rwanda nziza, Rwanda nziza - meu país é lindo". (MUKASONGA, 2018, p. 149)

Sob a perspectiva da obra de Isabela Figueiredo há, igualmente, uma relação de conexão com a África e sua terra, mesmo que a escritora seja descendente direta de europeus e tenha vivido a maior parte de sua vida em Portugal. Para a jovem, Lourenço Marques era, significativamente, uma festa de sentidos, um local tranquilo, com belas esplanadas, clima agradável, mas por sua vez selvagem. "Era a África, inflamante, sensual e livre. Sentia-se crescer por debaixo dos pés. Tremia. Um coração inchado. Era vermelha. Cheirava a terra molhada, a terra mexia, a terra queimada, e cheirava sempre". (FIGUEIREDO, 2019, p. 52)

Apesar disso, não se vê na obra muitos recortes de conexão da autora com o seu terreno natal, visto que ela dirige suas discussões muito frequentemente às relações humanas. Compreende-se tal situação pelas particularidades de Isabela, que, por sua vez, nunca viu terra nenhuma como sua. A própria cita, em uma de suas memórias sobre a fuga de Moçambique,

que a sua terra nada mais era do que uma história, retalhos de um tempo, uma união entre idiomas, dialetos e expectativas. A partir dessa perspectiva, é possível visualizar que o distanciamento de Figueiredo diante dos eventos sociais e bélicos que ocorreram em Moçambique são diretamente proporcionais ao seu afastamento total de uma realidade identitária: assim como a menina não é uma portuguesa por excelência, também não é uma moçambicana por essência.

A minha terra havia de ser uma história, uma língua, um corpo enterrado na esperança, uma ideia miscigenada de qualquer coisa de cultura e memória, um não pertencer a nada nem a ninguém por muito tempo, e ao mesmo tempo poder ser tudo e de todos, se me quisessem, para que merecesse ser amada. (FIGUEIREDO, 2019, p. 170)

Logo, é explícita a conexão das autoras com o seu território natal, porém com discrepâncias significativas como essa. Inquestionavelmente, as condições de vida e do pós-guerra distanciam-nas em suas narrativas, mas não as segregam.

6 O CONFLITO COLONIAL: AS MEMÓRIAS DA GUERRA

A posteriori, as perspectivas das autoras diante das situações de guerra são abruptamente divergentes. Mukasonga participa diretamente de todo o processo violento dos conflitos, sendo exilada, vivendo diariamente o medo diante dos seus opressores e a brutalidade da perseguição. Tendo isso em vista, em um relevante contraste, Isabela passa boa parte do período bélico distante das batalhas do território, em muitos momentos até mesmo desconhece a existência do andamento das revoltas no país.

Apesar de tal distinção, é possível analisar as autoras e suas obras conjuntamente, visto que ambas vivem o conflito, mas conseguem se distanciar dos seus países de origem antes dos picos de violência local, sendo capazes de visualizar o processo do ponto de vista interno e externo. Para tal comparação, é necessário isolar suas particularidades antes, para, somente depois, associá-las às suas semelhanças, que na verdade são conversões para dezenas de escritos pelo mundo. Um ponto interessante de associação entre as autoras é a memória direta da guerra, em que não há uma vida sem ela, o mesmo ponto é comentado, também, na obra *A guerra não tem rosto de mulher*, na qual percebemos que, muito mais frequente do que o esperado, alguns indivíduos não entendem o mundo sem a batalha propriamente dita.

Para nós, tudo começava naquele mundo distante e misterioso. Em nossa família, meu avô ucraniano, pai da minha mãe, morreu no *front*, foi enterrado em algum lugar em terras húngaras; minha avó bielorrussa, mãe do meu pai, morreu de tifo

entre os partisans; de seus três filhos, dois serviram no Exército e desapareceram nos primeiros meses da guerra, só um voltou. Meu pai. Onze parentes distantes, junto com os filhos, foram queimados vivos pelos alemães — uns em sua casa, outros na igreja da vila. Em todas as famílias acontecia o mesmo. Em todas. Não sabíamos como era o mundo sem guerra, o mundo da guerra era o único que conhecíamos. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 23)

À face do exposto, as percepções a respeito do conflito são detalhadas nas obras de Scholastique de uma forma seccionada, elucidando para o leitor a progressão do processo de extermínio tutsi. Das três publicações autobiográficas traduzidas de Mukasonga, *Baratas* é o que carrega o maior número de descrições a respeito do genocídio. O nome da obra informa ao leitor a relação existente entre os habitantes de Ruanda, a população hutu se referia aos cidadãos tutsis como *inyenzi*, expressão em kinyarwanda que significa barata ou inseto, demonstrando que, daquele momento em diante, o papel destes na história seria análogo ao de pestes, e por isso deveriam ser extintas.

Os militares do campo de Gako, assentados entre os vilarejos e a fronteira próxima ao Burundi, estavam ali para lembrar aos tutsis que eles não eram mais seres humanos, e sim *inyenzis*, *baratas*, e que era permitido e justo persegui-los e, no fim, exterminá-los. (MUKASONGA, 2017, p. 9)

E de fato os soldados voltaram, patrulharam por toda a parte, nas casas na brousse. Não tinham mais medo. Estavam confiantes. Tinham o capacete bem enfiado na cabeça. E nos olhos, parecia-nos ler uma raiva implacável. Eles nos chamavam *inyenzis*, as *baratas*. A partir de então, em Nyamata, seríamos todos *baratas*. Eu era uma *inyenzi*. (MUKASONGA, 2018, p. 47)

Scholastique apresenta em seus romances o ponto de vista histórico de uma população que foi perseguida, isolando as análises sócio-políticas que foram realizadas posteriormente, encaminhando a narrativa usando a primeira pessoa que representa sua voz infantil, demonstrando como realmente foi vivida a experiência durante o processo, apresentando a realidade das vítimas cruamente ao mesmo tempo que tem lacunas de entendimento sobre o todo. Dentro dos seus relatos, a autora expõe informações externas ao seu conhecimento geral, as quais, hoje, sabemos que foram relevantes para o encadeamento dos eventos e servem para contextualizar o leitor, todavia deixa explícito que o mundo da pequena Scholastique não é um apanhado de recortes políticos e historiográficos.

De início, a autora retrata os pontos antecedentes aos grandes conflitos, nos meados finais da década de 1950, memorando suas lembranças diante do primeiro ataque que presenciou, aos três anos de idade — este período, historicamente, antecede a independência de Ruanda. Como já apresentado, durante o processo colonizatório, a população tutsi foi considerada superior por seus traços étnicos mais similares aos das nações europeias, tendo

por muito tempo privilégios diante dos colonizadores, estes apresentados através de comprovações científicas que diminuía os não selecionados.

Os cientistas trouxeram balanças, fitas métricas e compassos e saíram pesando ruandeses, medindo sua capacidade craniana e realizando análises comparativas da protuberância relativa de seus narizes. Claro que os cientistas encontraram aquilo em que haviam acreditado o tempo todo. Os tutsis tinham dimensões ‘mais nobres’, mais ‘naturalmente’ aristocráticas que as dos ‘rústicos’ e ‘brutos’ hutus. No ‘índice nasal’, por exemplo, o nariz médio tutsi era dois milímetros e meio mais longo e quase cinco milímetros mais fino que o nariz hutu médio. (GOUREVITCH, 2006, p. 54)

Não obstante, durante a transição do sistema organizacional até a tomada do poder pelos hutus em 1962, muitas crises civis já podiam ser identificadas, afetando essas relações de superioridade social. Em 1958, a crise popular no país se evidenciou com a morte do governante vigente, um rei de origem tutsi, Mutara III Rudahigwa, visto que, após o óbito do regente a população indicou Kigeri para assumir o posto de líder da nação.

O grande impasse atrelado à trajetória política do país deve-se ao comando regencial, pois todo o processo de seleção das lideranças nacionais era comandado pelos europeus. Consciente desse fato, buscando uma retomada do controle popular, os colonizadores incentivaram uma organização dos civis hutus em prol de um partido político (Parmehutu). Com a pretensão de assumir o domínio local, a violência entre os representantes dos dois partidos se elevou. No ano de 1959, os grupos dominantes hutus derrubaram o sistema da monarquia tutsi; após esse evento, com medo de retaliação, milhares de tutsis fugiram para as regiões vizinhas do Burundi e Congo.

Eu tinha três anos, e foi então que as primeiras imagens de terror ficaram gravadas na minha memória. (...) nesse momento surgiu um bando aos gritos, portando facões, lanças, arcos, bastões, tochas. Correndo, nos escondemos no bananal. Então, os homens, sempre aos gritos, precipitaram-se para dentro da nossa casa, incendiaram a choupana coberta de palha, os estábulos cheios de bezerros. Esvaziaram os celeiros de feijões, de sorgo, investiram contra a casa de tijolos onde jamais morávamos. Não pilhavam, só queriam destruir, apagar todos os traços, nos aniquilar. (MUKASONGA, 2018, p. 13)

Após os primeiros conflitos e os indícios da segregação populacional que seriam estabelecidas no país, iniciaram os processos de exílio da população perseguida, visto que os ataques aos vilarejos se tornaram frequentes. Particularmente, o então partido governante convocou e alistou a população jovem masculina de Ruanda como uma comunidade de repressão, que visava instaurar o medo coletivo. Esses meninos eram chamados *Interahamwe*,

e os grupos foram transformados em uma milícia social de extermínio para realizar de forma “clandestina” a perseguição contra os tutsis.

Na presença de tal realidade e com a premissa de salvar (falsamente) a parcela social atacada, criaram-se movimentos de retirada dos atingidos, levando os tutsis que viviam em regiões de bom plantio e de domínio hutu para regiões mais isoladas, a família de Scholastique é oriunda da província de Butare: uma região montanhosa, fresca, no sudoeste de Ruanda; mas após o exílio foram enviados para Nyamata, quase 100 km a nordeste do ponto de origem, uma província árida e quase desértica “uma savana, quase desabitada, moradia de grandes animais selvagens, infesta pela mosca tsé-tsé” (MUKASONGA, 2018, p. 19).

Logo também percebemos que não éramos os primeiros tutsis a serem deslocados para Nyamata. Os do Norte, sobretudo de Ruhengeri, já estavam lá. (...) No nosso comboio, havia famílias das províncias de Gitarama, de Gikongoro, mas a maior parte era da província de Butare. (MUKASONGA, 2018, p. 19)

7 CONCLUSÃO

Para fins de uma análise geral, pode-se partir da semelhança entre Isabela Figueiredo e Scholastique Mukasonga, escritoras contemporâneas, oriundas da África Oriental que, apesar das trajetórias bastante diferentes, possuem obras com muitos pontos de aproximação. Ademais, a escolha de utilizarem uma relação autobiográfica para transmitirem ao leitor suas vivências em território africano, durante os conflitos coloniais, e em terras europeias, após o início da descolonização, mostram uma produção uniforme, em que a construção da perspectiva parte do mesmo eixo narratológico. Além disso, foi possível verificar que as construções produzidas através dos séculos são carregadas de estereótipos sobre o continente africano, suas nações e suas populações, as quais são vastas e múltiplas, todavia segue sendo retratadas como uma unidade.

É axiomático, todavia, que como uma mulher branca, Isabela traz posicionamentos questionáveis em sua obra, que dificultam uma catarse do leitor com sua “personagem”, principalmente quando colocada ao lado de Mukasonga. Scholastique carrega as vozes perseguidas e atacadas da população negra africana durante o colonialismo, criticando friamente comportamentos associáveis aos de Figueiredo e sua família.

Apesar das diferenças e considerando suas homogeneidades, ambas as obras trazem um repertório vasto de descritividade sobre o período colonialista na África, sobre a realidade das mulheres durante os conflitos bélicos, sobre as crises dos refugiados de guerra, sobre o território africano e sua gente, sendo, desta maneira, impossível classificar as obras por grau de relevância ou produtividade para discussões a respeito de qualquer um dos aspectos anteriores.

Entende-se com clareza que haveria mais uma centena de passagens e recortes possíveis assimilando as duas autoras e todos os seus escritos, sendo impossível abordá-los apenas nesta monografia. Por isso, o material aqui descrito foi dividido de forma a introduzir o leitor sobre a situação em que as autoras se encontravam, além de partir de dois eixos centrais de comparação: a terra e a guerra.

Como dois expoentes da literatura contemporânea, Scholastique Mukasonga e Isabela Figueiredo continuarão a produzir e discutir sobre a realidade e a ficção que pode ser fruto da temática em questão, assim como a pesquisa seguirá acompanhando tais trajetórias para seguir explorando suas vertentes. Além disso, é preciso transpor muitas barreiras para abarcar a magnitude de riquezas presentes nos textos utilizando da articulação entre o memorialismo e a

historiografia, sendo necessário retomar a discussão sobre o quanto o olhar da contemporaneidade e dos que fazem o conhecimento contemporâneo ainda é carregada de vieses racista e imperialista, sendo os relatos literários meios essenciais de contestação e reconstrução da realidade, mesmo que passada.

Consequentemente, interpreta-se que o objetivo primordial desta observação é atingido sempre de maneira parcial, pois haverá sempre novos aspectos para serem examinados, além de novas maneiras de transformar essas percepções em objetos de estudo.

REFERÊNCIAS

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania. **Marcas da Diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Alameda, 2006.
- COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivista**. 1. ed. São Paulo: Editora Lafonte, 2020.
- COUTO, Mia. **Terra Sonâmbula**. São Paulo. Companhia das Letras; 2007. 1ª ed.
- DALCASTAGNÉ, Regina. **Literatura Brasileira Contemporânea: Um Território Contestado**. São Paulo. Editora Horizonte. 2012. 1º ed.
- DURANT, Will. **A filosofia de Herbert Spencer**. Rio de Janeiro. Ediouro. 1994. 1ª ed.
- EVARISTO, Conceição. CONCEIÇÃO EVARISTO – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. [Entrevista concedida a] SANTANA, Tayrini; ZAPPAROLI, Alecsandra. **Itaú Social**. Novembro, 2020. Disponível em <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 10 de abril de 2022.
- FARIAS, José Airton de. **Uma breve história da África**. 5. ed. São Paulo: Sistema Ari de Sá, 2015.
- FERRO, Marc. **História das Colonizações: Das conquistas às independências, século XII a XX**. São Paulo: Cia das Letras, 2006
- FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de Memórias Coloniais**. 2. ed. São Paulo: Editora Todavia, 2019.
- FIGUEIREDO, Isabela. **Precisava assumir o privilégio**. [Entrevista concedida a] Fernanda da Costa. **Jornal da Universidade**, UFRGS, Porto Alegre, 03 dez. 2020.
- FORLI, Cristina Arena. **O colonialismo era meu pai: memórias da infância e da adolescência em romances portugueses contemporâneos**. 2021.(Doutorado em Letras) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GRIMES, Barbara. F. **Ethnologue: Languages of the World**. 14. ed. Dallas, Texas: SIL International, 2000.
- KIPLING, Rudyard. **The White Man's Burden**. São Paulo: Editora Cia Nacional, 1974.
- KUKANDA, Vatomene. **Diversidade Linguística em África**. AFRICANA STUDIA. 3 ed. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000.
- LOPES, Armando Jorge. **Reflexões sobre a situação linguística de Moçambique**. In:

MAGNOLI, Demetrio. **Os três filhos de Gihnga**. In: Uma gota de Sangue. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

MORRISON, Toni. **Racismo e Fascismo e O Corpo Escravizado e o Corpo Negro**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

MUKAGASANA, Yolande. **La mort ne veut pais de moi**. Rwanda: Huza press, 2019.

MUKAGASANA, Yolande. **N'aie pas peur de savoir**. Rwanda: Huza press, 2019.

MUKASONGA, Scholastique. **A mulher de pés descalços**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

MUKASONGA, Scholastique. **Baratas**. 2. ed. São Paulo: Editora Nós, 2018.

MUKASONGA, Scholastique. **Ce que murmurent les collines**. Paris: Gallimard, 2014.

MUKASONGA, Scholastique. **Nossa senhora do Nilo**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

SPENCER, Herbert. **The Social Organism. Essays: Scientific, Political and Speculative**. London: Routledge/Thoemes Press, 1996.

TUTIKIAN, Jane. **Velhas Identidades Novas: O pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2006.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. Col. Revoluções do Século XX. Dir. Emilia Viotti da Costa. Editora: UNESP, 2012.

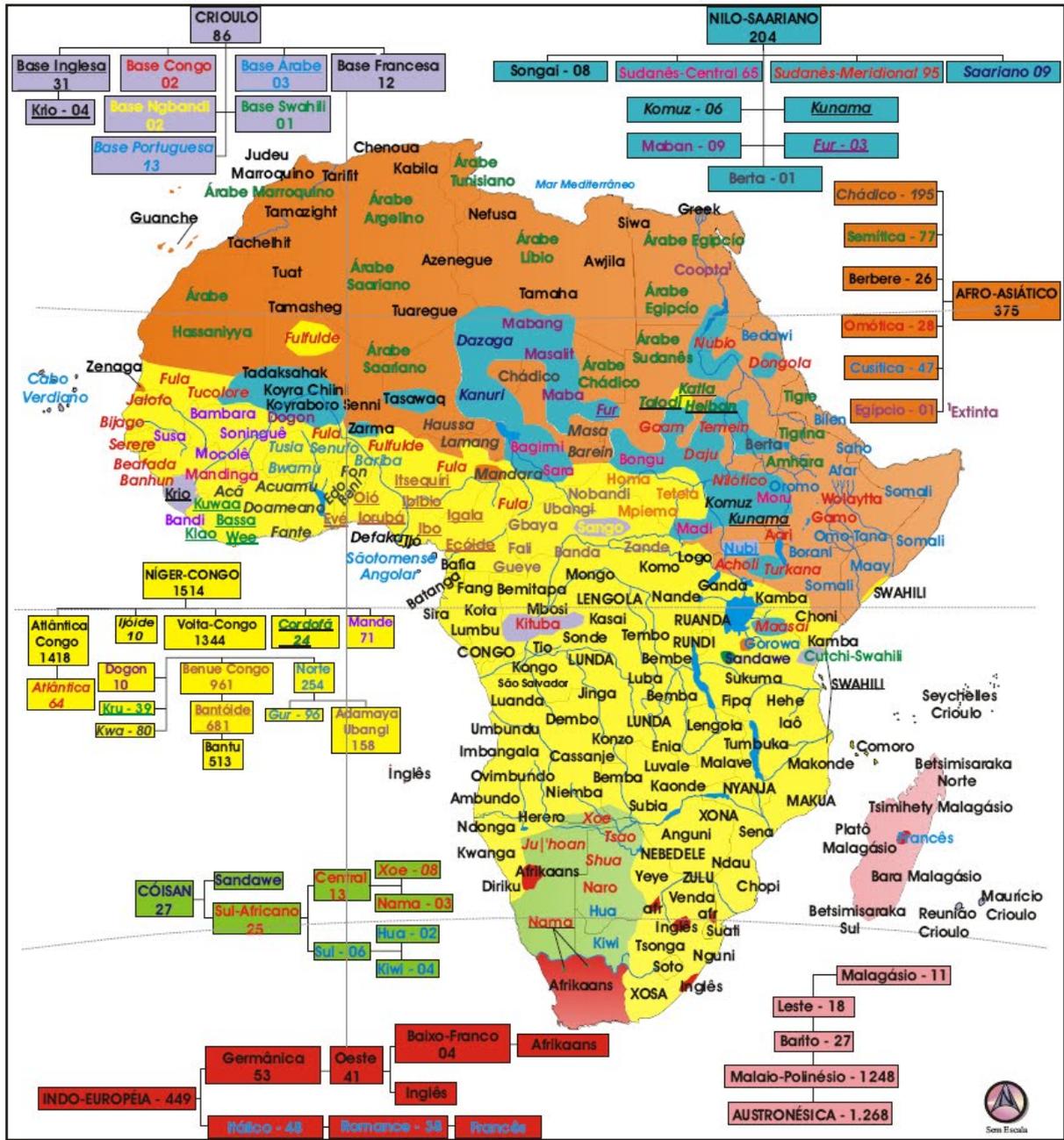
ANEXOS

Anexo 1. Mapa da África

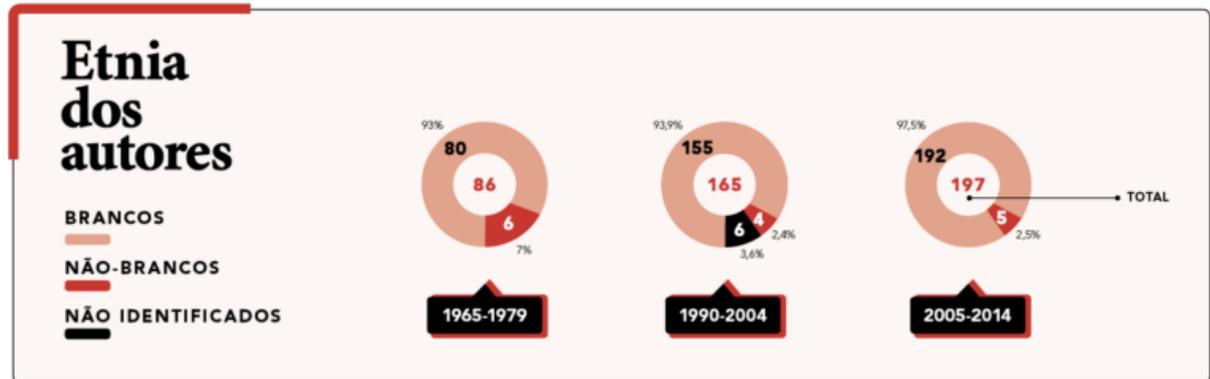


Fonte: Guia Geográfico

Anexo 2- Mapa Linguístico da África



Anexo 3. Mapeamento de autores brasileiros.



Fonte: Cult (baseado nos dados de Regina Dalcastagnè)